



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

Diretoria Executiva

Ricardo Gruba Pereira - Presidente
Adriana Jesus de Lacerda Campos - Diretora de Operações
Bruno Camara Meira - Diretor de Administração e Finanças
Patrícia Mazzoni Pena - Diretora Técnica de Saúde

Conselho Deliberativo

Titulares:

Novarck Silva de Oliveira - Presidente
João Batista Sá Marques - Secretário
Luis Francisco Ferreira
Esdras Domingos de Abreu
Aldo Lima Ferreira
Rogério da Cunha Abaurre
Maria Helena Dias Gomes Tauhata

Suplentes:

Katsuo Dias Homma
Liesel Mack Filgueiras
Claudio Rocha
Claudionor Couto Pinheiro
Afonso Célio Duarte
Osmar Marcondes
Eduardo Fernando Jardim Pinto

Conselho Fiscal

Titulares:

Almir Alves da Paz - Presidente
Marco Antonio de Freitas
Eliel Fontes Bezerra

Suplentes:

Marcos Lewin
George José de Oliveira
Telmo de Oliveira

MANDATO TRIÊNIO | 2016-2019

O ano de 2018 foi de consolidação para o PASA, uma operadora de saúde inovadora, voltada para o bem-estar de seus usuários, com qualidade de atendimento reconhecida e equilíbrio econômico-financeiro.

Inovamos no cuidado e no carinho que dedicamos aos nossos associados, oferecendo programas de saúde para a nossa população reconhecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Bem-estar é a palavra-chave quando pensamos em nossos usuários. Os empregados PASA e as atividades por todos desenvolvidas visam propiciar o melhor cuidado com o máximo de carinho. Enche-nos de orgulho termos entre nossos associados 24 usuários com mais de 100 anos, 632 com mais de 90 anos e 2.320 com mais de 80 anos.

Estamos presentes em nove estados do país, com cobertura em mais de 500 municípios, onde conhecemos nossos associados pelos seus nomes, sobrenomes e histórias.

Um exemplo é nossa rede de Clínicas PASA, situadas em Itabira, Vitória e São Luís, que, em 2018, ofertaram a seus usuários mais de 60 mil consultas em um modelo de atendimento personalizado, que valoriza a assistência à saúde de forma integral e multiprofissional.

Para 2019, o PASA buscará, cada vez mais, a união da tecnologia com o

bem-estar. Vamos trabalhar na implantação de uma plataforma online e interativa de coordenação do cuidado, na qual possamos gerenciar a saúde de nossos usuários, em especial, os crônicos, possibilitando uma assistência mais eficiente.

O **Equilíbrio econômico-financeiro** do PASA é fundamental diante de um setor que há anos apresenta índices de Variação de Custos Médico-Hospitalares bastante superiores à inflação geral do país. Neste ano de 2018, obtivemos um resultado positivo de R\$ 5,67 milhões, pelo sexto ano consecutivo. Aplicamos o menor reajuste consolidado dos nossos planos desde 2011, fechando em 9,67%, índice abaixo da inflação médica.

O PASA, em 2018, foi reconhecido pelo segundo ano seguido como uma das melhores empresas para se trabalhar no setor de Saúde Suplementar do Brasil. Este reconhecimento veio através da certificação da consultoria internacional **Great Place to Work**, presente em mais de 60 países e com mais de 7 mil empresas certificadas.

A Associação segue em frente em sua jornada, valorizando a VIDA em primeiro lugar e incentivando a todos a participarem da gestão dos seus planos, por meio do **uso consciente** e do **sentimento de dono**, necessários para mantermos a qualidade, o equilíbrio e a perenidade do PASA.

ASSOCIADOS

ASSOCIADOS	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Empregados Ativos / categoria 29 ¹	19.922	20.105	20.736	23.058	22.818	18.862	13.119
Aposentados / Pensionistas ²	12.438	12.579	12.604	12.963	12.014	11.586	11.328
TOTAL	32.360	32.684	33.340	36.021	34.832	30.448	24.447

¹Associados: pagam taxa de associação ²Usuários: titulares Fonte: P1 e SISPASSA > Dezembro

ATENDIMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES

	2014	2015	Var 2015/ 2014 (%)	2016	Var 2016/ 2015 (%)	2017	Var 2017/ 2016 (%)	2018	Var 2018/ 2017 (%)
Procedimentos de pequeno risco	1.661.017	1.771.586	7%	1.913.128	8%	1.969.106	3%	1.829.868	-7%
Consultas	245.475	250.839	2%	253.022	1%	269.082	6%	260.440	-3%
Exames de alta complexidade	48.741	54.262	11%	47.701	-12%	48.315	1%	80.114	66%
Exames laboratoriais	796.853	862.974	8%	969.083	12%	979.584	1%	927.299	-5%
Exames radiológicos	38.177	42.047	10%	43.203	3%	44.124	2%	40.497	-8%
Ultrassonografia	35.248	38.403	9%	42.049	9%	39.766	-5%	44.723	12%
Tomografia	7.441	8.686	17%	9.850	13%	9.293	-6%	9.484	2%
Ressonância magnética	8.351	9.527	14%	10.472	10%	9.869	6%	10.020	2%
Demais atendimentos ambulatoriais	480.731	504.848	5%	537.748	7%	569.073	7%	457.291	-20%
Procedimentos de grande risco	1.050.446	1.083.021	3%	1.074.530	-1%	1.145.982	7%	896.035	-22%
Total de Procedimentos Hospitalares	2.050.446	2.854.607	5%	2.987.658	5%	3.115.088	4%	2.725.903	-12%

(i) Despesas com Planos médicos/odontológicos e Internação SUS.

(ii) Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados.

DEPENDENTES E AGREGADOS

USUÁRIOS*	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Dependentes	11.613	11.634	11.770	12.492	11.279	11.073	11.177
Agregados	20.130	21.145	21.925	22.774	21.758	20.055	18.647

*Usuários: dependentes e agregados Fonte: P1 > Dezembro

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS X DESPESAS

RECEITAS	2018	2017
Receitas Planos médicos/odontológicos	319.349	300.019
Outras Receitas Operacionais	91.739	87.088
Receitas Financeiras	10.914	14.994
Total Receitas	422.002	402.100
DESPESAS		
Despesas Planos médicos/odontológicos (i)	(334.157)	(337.668)
(+) Coparticipação médicos/odontológicos	13.830	14.071
Provisão Técnica - Peona (ii)	327	(2.946)
Despesas Operacionais	(25.787)	(19.856)
Despesas Administrativas	(66.407)	(45.255)
Despesas Financeiras	(4.139)	(4.082)
Total de Despesas	(416.333)	(395.737)
Totais		
Total Receitas	422.002	402.100
Total Despesas	(416.333)	(395.737)
Resultado Do Exercício	5.668	6.363

Demonstrativos Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

	NOTAS	2018	RECLASSIFICADO 2017
ATIVO CIRCULANTE		186.666	160.853
DISPONÍVEL		2.278	2.345
Caixa	3	3	3
Numerário em trânsito		2.275	2.342
Bancos			
Realizável		184.388	158.508
Aplicações Financeiras		151.834	125.833
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3	118.376	33.669
Aplicações Livres	3	33.458	92.164
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4	15.033	14.385
Contraprestação Pecuniária a Receber		13.166	12.307
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.867	2.078
Créditos Oper. Assist. Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		156	-
Bens e Títulos a Receber	5	17.093	18.033
Despesas Antecipadas		272	257
ATIVO NÃO CIRCULANTE		39.112	36.749
Realizável a Longo Prazo		32.760	31.530
Aplicações Financeiras		1.338	1.317
Aplicações Livres	3	1.338	1.317
Títulos e Créditos a Receber	5	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	6	31.420	30.209
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		2	4
Imobilizado	7	4.039	3.932
Imóveis de Usos Próprio		56	68

Imóveis - Não Hospitalares		56	68
Imobilizado de Uso Próprio		722	598
Hospitalares		77	65
Não Hospitalares		645	533
Imobilização em Curso		2.339	2.339
Outras Imobilizações		922	927
Intangível	8	2.313	1.287
TOTAL DO ATIVO		225.778	197.602

	NOTAS	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		123.575	127.658
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	113.080	118.728
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		2.319	1.966
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		78.728	84.402
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		32.033	32.360
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		36	50
Contraprestação a Restituir		8	42
Receita Antecipada de Contraprestações		28	8
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	10/11	1.517	1.491
Débitos Diversos	13	8.942	7.389
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.528	6.937
Provisões	12	31.442	4.749
Provisão para Ações Judiciais		31.442	4.749
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		746	871
Parcelamento de Tributos e Contribuições	11	746	871
Débitos Diversos	13	1.340	1.317
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.675	63.007
Patrimônio Social	14	63.007	56.644
Superávits Acumulados		5.668	6.363
TOTAL DO PASSIVO		225.778	197.602

Demonstrativos Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

	NOTAS	RECLASSIFICADO	
		2018	2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		319.349	300.019
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		319.349	300.019
Contraprestações Líquidas		319.349	300.019
Eventos Indenizáveis Líquidos		(320.000)	(326.544)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(320.327)	(323.598)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		327	(2.946)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(651)	(26.525)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos da Operadora	18	91.739	87.088
Outras Receitas Operacionais		91.739	87.088
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	18	(20.357)	(19.740)
Outras despesas de Operações de Planos de Assistências à Saúde		(17.753)	(17.420)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(611)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos		(1.993)	(2.320)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18	(5.430)	(116)
RESULTADO BRUTO SUBTOTAL		65.301	40.707
Despesas Administrativas	17	(66.407)	(45.255)
Resultado Financeiro Líquido	19	6.653	10.879
Receitas Financeiras		10.792	14.961
Despesas Financeiras		(4.139)	(4.082)
Resultado Patrimonial		121	32
Receitas Patrimoniais		121	32
RESULTADO LÍQUIDO		5.668	6.363

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	27.853	22.366	50.219
Incorporação Superávit	22.366	(22.366)	-
Superávit do Exercício	-	1.086	1.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	50.219	1.086	51.305
Incorporação Superávit	1.086	(1.086)	-
Superávit do Exercício	-	5.339	5.339
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	51.305	5.339	56.644
Incorporação Superávit	5.339	(5.339)	-
Superávit do Exercício	-	6.363	6.363
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	56.644	6.363	63.007
Incorporação Superávit	6.363	(6.363)	-
Superávit do Exercício	-	5.668	5.668
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	63.007	5.668	68.675

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

	2018	2017
Superávit do Exercício	5.668	6.363
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.668	6.363

Demonstrativos Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em R\$ mil)

	RECLASSIFICADO	
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.643	1.104
Recebimentos de Planos de Saúde	335.284	300.753
Resgate de Aplicações Financeiras	318.949	410.048
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	9.055	12.779
Outros Recebimentos Operacionais	92.720	102.060
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(338.973)	(327.657)
Pagamentos de Pessoal	(22.453)	(19.536)
Pagamentos de Serviços Terceiros	(1.574)	(1.642)
Pagamentos de Tributos	(17.548)	(14.893)
Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.305)	(27.980)
Pagamentos de Aluguel	(2.365)	(2.150)
Pagamentos de Promoção/Publicidade	(177)	(216)
Aplicações Financeiras	(337.169)	(391.277)
Outros Pagamentos Operacionais	(32.801)	(39.185)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.643)	(1.104)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Intangível Outros	(1.643)	(1.104)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA*		
CAIXA - Saldo Inicial	3	3
CAIXA - Saldo Final	3	3
Ativos Livres no Início do Período*	93.483	29.846
Ativos Livres no Fim do Período*	126.568	93.483
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANC. - RECURSOS LIVRES	33.085	63.637
*No somatório da Variação Líquida do Caixa e dos Ativos Livres, não está incluído os montantes de Numerário em Trânsito	2.275	2.342
CAIXA - Saldo Final	3	3
TOTAL DISPONIBILIDADE	2.278	2.345

1. Contexto Operacional

A PASA - Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale ("Entidade"), sediada e domiciliada na Av. Presidente Vargas, 3131, Salas 1003, 1004, 1005 e 1006, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, instituída em outubro de 1991, está organizada sob a forma de associação civil, sem finalidade lucrativa, atuando como operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão.

A entidade proporciona plano de assistência à saúde aos seus associados, dependentes, agregados e participantes, de acordo com as coberturas definidas no Estatuto e em Regulamento próprio, utilizando-se para tanto da rede credenciada de profissionais, hospitais, clínicas e laboratórios da patrocinadora.

Os planos médicos, hospitalares e odontológicos administrados pela entidade são os seguintes: PASA, PASA Plus, PASA Brasil, PASA Carioca, PASA Mineiro, PASA Capixaba, PASA Brasileiro, DENT PASA e DENT PASA Plus.

A PASA é classificada na modalidade de Autogestão sem Mantenedor na Agência Nacional de Saúde - ANS, sendo todas as operações referentes ao plano custeadas e garantidas pela entidade, mediante as receitas auferidas com as contribuições (mensalidades e coparticipação financeira nos custos médicos,

hospitalares e odontológicos) de seus associados, dependentes, agregados e participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou o ITG - 2002.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 22.

2.2. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) Receita: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata dia, por se tratarem de contratos com preços preestabelecidos.

b) Custo: Eventos Conhecidos ou Avisados (SUS) - são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação dos Avisos de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Demais Eventos a Liquidar - O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, reconhecida com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência, conforme procedimento descrito na Nota Explicativa nº 15. Para outros casos em que esse atendimento ocorrer sem

o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são reconhecidas pelo seu valor justo, ajustado por meio do resultado. (vide Nota Explicativa nº 3).

2.2.4 Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre

créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações por recebimento de contraprestações faturadas antecipadamente. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.5 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados a Receber Representam os valores a receber referentes às coparticipações nos custos médicos, hospitalares e odontológicos de associados, agregados, dependentes e participantes dos planos da entidade. Essa conta é debitada pelo valor da cota-parte relativa à participação dos beneficiários, caso existir, nos eventos indenizados e creditados pelo recebimento e/ou recuperação da cota-parte do valor da participação dos beneficiários nos eventos indenizados.

2.2.6 Bens e Títulos a Receber

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal

dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7.

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável,

submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida (vide Nota Explicativa nº 8).

2.2.9 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações

monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas

PEONA

São calculadas com base em metodologia regulamentar, tendo por base percentuais estabelecidos pela ANS, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora. (vide Nota Explicativa nº 9).

Eventos a Liquidar - SUS

Reconhecido o montante conforme informações extraídas do site da ANS (vide Nota Explicativa nº 9).

2.2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

Conforme legislação tributária vigente a entidade é isenta do recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.2.13 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos Contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Notas explicativas

3. Aplicações Financeiras

	Exercícios	
	2018	2017
a) Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo BB ANS FI renda fixa público (i)	35.697	33.669
Fundo BB PASA FI renda fixa (ii)	16.697	
Fundo ITAÚ TRUST DI renda fixa (ii)	33.850	
Fundo SANTANDER CDB (ii)	18.435	
Fundo BRADESCO CDB (ii)	13.697	
SUBTOTAL	118.376	33.669

	Exercícios	
	2018	2017
b) Livres		
Fundo BB PASA FI renda fixa (ii)		22.457
Fundo ITAÚ TRUST DI renda fixa (ii)		17.309
Fundo ITAÚ VIP DI renda fixa (ii)	12.170	11.553
Fundo BRADESCO DI renda fixa (ii)		13.121
Fundo SANTANDER CDB (ii)		17.280
Fundo SANTANDER DI renda fixa (ii)	10.592	10.050
Fundo BB	33	227
Fundo ITAÚ AUT MAIS	352	166
Fundo SANTANDER	1	1
Fundo BRADESCO SPECIAL DI renda fixa (ii)	51	
Fundo ITAÚ KINEA MULTIMERCADO	5.134	
Fundo BRADESCO MULTIMERCADO	5.125	
SUBTOTAL	33.458	92.164
Fundo BB PAF-FUNBEM (iii)		776
Fundo ITAÚ TRUST DI PAF-FUNBEM (iii)	1.335	533
Fundo ITAÚ AUT MAIS	3	8

SUBTOTAL	1.338	1.317
TOTAL	153.172	127.150
Curto Prazo	151.834	125.833
Longo Prazo	1.338	1.317
TOTAL	153.172	127.150

(i) A entidade constituiu a ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

(ii) A entidade constituiu a ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas.

(iii) Aplicação vinculada ao PAF-FUNBEM (vide Nota Explicativa nº 16).

4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos associados, dependentes, agregados e participantes, conforme segue:

	Exercícios	
	2018	2017
Planos médico-hospitalares - Planos Coletivos		
Contraprestação pecuniária a receber (i)	17.404	16.943
Participação dos benef. em eventos indenizados a receber	2.157	2.387
SUBTOTAL	19.561	19.330
Planos odontológicos - Planos Coletivos	2018	2017
Contraprestação pecuniária a receber	483	437
Participação dos benef. em eventos indenizados a receber	193	204
SUBTOTAL	676	641
Provisão para perdas sobre créditos (ii)	(5.204)	(5.586)
TOTAL LÍQUIDO	15.033	14.385

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:	Exercícios	
	2018	2017
A vencer	11.254	12.909
Vencidos		
Até 30 dias	3.207	1.121
De 31 a 60 dias	508	478
De 61 a 90 dias	257	194
Há mais de 120 dias	5.011	5.268
SUBTOTAL	20.237	19.971
TOTAL	20.237	19.971

(i) A Entidade aplicou em 01/out./2018 os percentuais de reajustes: 12,90% (Plano PASA), 8,80% (Plano PASA Plus), 4,70% (Plano PASA Brasil), 14,60% (Plano PASA Brasileiro), 7,00% (Plano PASA Capixaba), 9,80% (Plano PASA Carioca), 4,70% (Plano PASA Mineiro) e 3,00% (Planos Dent PASA e Dent PASA Plus).

(ii) Segue a movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	Exercícios	
	2018	2017
Saldo no início do período	(5.586)	(4.006)
Constituições (reversões) líquidas	381	(1.580)
Saldo no fim do período	(5.205)	(5.586)

Notas explicativas

5. Bens e Títulos a Receber	Exercícios	
	2018	2017
Cheques e Ordens a receber	10	12
Adiantamentos a Empregados	28	49
Adiantamentos Diversos	60	50
Outros Títulos a Receber (i)	16.995	17.922
SUBTOTAL	17.093	18.033
Curto Prazo	17.093	18.033
Longo Prazo		
TOTAL	17.093	18.033

(i) Valores a receber relacionados a patrocinadora Vale (vide Nota Explicativa nº 15).

6. Depósitos Judiciais e Fiscais	Exercícios	
	2018	2017
Tributários (i)	29.236	
Cíveis (i)	2.120	30.176
Trabalhistas	64	33
TOTAL	31.420	30.209

(i) Vide Nota Explicativa nº 12.2.

7. Imobilizado	Depreciação (%)	2017	Movimentação	2018
Custo				
Edificações		310		310
Equipamentos Hospitalares		144	27	171
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.503		2.503
Equipamentos de Proce. Eletrônico de Dados		630	61	691
Imobilizado em Curso – Clínica de Itabira		2.339		2.339
Móveis e Utensílios Não Hospitalares/ Odontológicos		863	205	1.068
SUBTOTAL		6.789	293	7.082
Depreciação Acumulada				
Edificações	4%	(242)	(12)	(254)
Equipamentos Hospitalares	10%	(79)	(15)	(94)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.577)	(5)	(1.582)
Equipamentos de Proce. Eletrônico de Dados	20%	(450)	(65)	(515)
Móveis e Utensílios Não Hospitalares/ Odontológicos	10%	(509)	(89)	(598)
SUBTOTAL		(2.857)	(186)	(3.043)
TOTAL		3.932	(107)	4.039

8. Intangível	Amortização (%)	2017	Movimentação	2018
Custo				
Sistema de aplicativos – Software		1.651	1.475	3.127
Marcas e Patentes		16	1	17
SUBTOTAL		1.667	1.476	3.144
Amortização Acumulada				
Sistema de aplicativos – Software	20%	(380)	(450)	(830)
SUBTOTAL		(380)	(450)	(830)
TOTAL		1.287	1.026	2.313

Notas explicativas

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	Exercícios	
	2018	2017
Provisão Eventos a Liquidar - Rede Contratada/ Credenciada (i)	78.728	84.402
Provisão Eventos a Liquidar – SUS	2.319	1.966
Provisão Eventos Conhecidos e Não Avisados – PEONA (ii)	32.033	32.360
TOTAL	113.080	118.728

- (i) A Entidade registra nesta rubrica valores a repassar para a Patrocinadora VALE S.A. (vide Nota Explicativa nº 15).
(ii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia regulamentar, a qual está registrada integralmente.

10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercícios	
	2018	2017
Tributos e Contribuições		
ISS – Imposto sobre Serviços	253	255
INSS – Contribuições Previdenciárias	507	474
FGTS	177	159
PIS e COFINS	29	26
IRRF, PIS/COFINS/CSLL - Retenções	396	343
Parcelamento de Tributos e Contribuições	901	1.105
TOTAL	2.263	2.362
Curto Prazo	1.517	1.491
Longo Prazo	746	871
TOTAL	2.263	2.362

11. Programa de Parcelamento Fiscal

Em novembro de 2009, a entidade aderiu ao novo programa de parcelamento especial, concedido pelo Governo Federal, com os benefícios previstos na Lei nº 11.941 de 27/maio/2009 (Refis IV), desistindo dos parcelamentos ordinários. Em 29/jul./2011, após liberação da Receita Federal, a entidade realizou a consolidação destes valores.

Os valores dos parcelamentos estão assim distribuídos:

	Exercícios			
	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tributos federais				
Previdenciários (i)			85	
Não previdenciários (ii)	154	746	149	871
TOTAL	154	746	234	871

(i) Débitos tributários devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") incidente sobre folha de pagamento e serviços prestados por autônomos.

(ii) Não previdenciários.

Os parcelamentos de tributos federais estão sendo atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

12. Provisões Judiciais

12.1 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constituiu provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	Exercícios	
	2018	2017
Tributárias (ii)		
Trabalhistas	127	120
Cíveis	3.699	4.143
Multas ANS	297	486
TOTAL	4.123	4.749

A entidade possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (vide Nota Explicativa nº 6).

12.2 Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	Exercícios	
	2018	2017
Trabalhistas	4.340	1.245
Cíveis (i)	9.812	2.274
Tributárias (ii)	30.051	28.044
TOTAL	44.203	31.563

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos e procedimentos não cobertos.

(ii) Questionamentos na esfera administrativa.

A respeito do processo nº 0375895-08.2008.8.19.0001, informamos que se trata de uma ação ordinária ajuizada pela PASA perante a 12ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, com o fim de cancelar o débito de ISS lançado no auto de infração nº 101.017, datado de 18/ago./2006, referente a fatos geradores de janeiro de 2001 a dezembro de 2005.

O montante atualizado até 31/dez./2018 do ISS soma R\$ 27.319.359,29 (SELIC), além de honorários sucumbenciais no valor de R\$ 2.731.935,93. No caso de êxito, pagaremos 5% do montante a título de honorários contratuais.

Destaque-se que a probabilidade de perda da demanda é possível, eis que consideramos a dívida prescrita. Apesar de não ter ocorrido nenhuma causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional, o Município do Rio de Janeiro não ajuizou a ação de cobrança dentro do prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da constituição definitiva do crédito, o que ocorreu em 15/out./2008, com a decisão final no processo administrativo.

A prescrição da dívida foi apontada pela PASA na fase probatória da ação ordinária. Além disso, a defesa também abordou outros pontos como, por exemplo, que o arbitramento da base de cálculo realizado pela fiscalização seria equívocado.

A sentença do Juízo da 12ª Vara de Fazenda Pública, contudo, não reconheceu a prescrição e os demais pontos da defesa e julgou

improcedentes os pedidos de anulação do auto de infração.

Contra a sentença de improcedência, a associação interpôs recurso de Apelação em 23/set./2016, que também foi julgado improcedente. No entanto, o Acórdão não analisou a prescrição, entendendo que esta deve ser tratada no processo de execução.

Em face do Acórdão interpusemos Recurso Especial, que aguarda análise de admissibilidade pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Destaque-se que, inobstante as decisões apontadas, entendemos que existe grande possibilidade de reconhecimento da da prescrição da dívida e o seu consequente cancelamento integral.

Cumpramos ressaltar, ainda, que após o decurso do prazo prescricional, a PASA foi citada da Execução Fiscal nº 0159225-92.2016.8.19.0001 ajuizada pelo Município para exigir o pagamento do débito de ISS discutido no processo acima citado.

Em face disso, a PASA depositou o montante atualizado do valor de ISS em garantia, a fim de (i) possibilitar a apresentação de Embargos à Execução e (ii) para impedir que este débito figure como óbice à emissão da sua certidão de regularidade fiscal.

Depois de garantido integralmente o débito e apresentada a defesa por meio de embargos à execução, foi proferida

decisão suspendendo a execução fiscal até o julgamento dos embargos à execução fiscal em apenso. (vide Nota Explicativa nº 6).

Os embargos à execução opostos pela PASA foram autuados sob o nº 0156666-31.2017.8.19.0001. A Fazenda Municipal apresentou impugnação aos embargos e, em seguida, a PASA se manifestou em réplica.

Adiante, após as partes terem informando que não possuem interesse na produção de novas provas, o Ministério Público requereu o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0375895-08.2008.8.19.0001, o que foi acolhido pelo Juízo.

Dito isto, entendemos que o prognóstico destes embargos à execução deve ser classificado como possível.

Quanto ao provisionamento da ação, em atenção ao Ofício nº 1315/2018/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da ANS, nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, foi efetuado o provisionamento apenas do valor do ISS (R\$ 27.319.359,29), tendo em vista que os honorários sucumbenciais, além de não possuírem natureza tributária, a probabilidade de perda é considerada como possível, logo, seu provisionamento não possui caráter obrigatório.

Notas explicativas

13. Débitos Diversos	Exercícios	
	2018	2017
Obrigações com Pessoal	6.850	5.079
Fornecedores	1.547	1.992
Outros Débitos a Pagar	545	318
Outras Exigibilidades (i)	1.340	1.317
TOTAL	10.282	8.706
Curto Prazo	8.942	7.389
Longo Prazo	1.340	1.317
TOTAL	10.282	8.706

(i) Representam valores referentes ao PAF-FUNBEM, (Longo Prazo) (vide Nota Explicativa nº 16).

14. Patrimônio Líquido

Patrimônio Social

O Patrimônio Social em 31/dez./2018 é de R\$ 68.675 (R\$ 63.007 para 2017), constituído pelos fundos patrimoniais da entidade e pela incorporação do superávit e absorção de eventuais déficits.

15. Transações com Partes Relacionadas

Taxa de Operacionalização do AMS

A PASA e a Vale, em conjunto, operam um sistema de assistência à saúde pela modalidade de autogestão, sem finalidade lucrativa, na forma do art. 1º, §2º, da Lei nº 9656/98.

Para operacionalização deste sistema, mediante convênio de reciprocidade Vale e PASA, é repassada à entidade parte do custo administrativo/operacional para administração do plano de benefício médico e odontológico dos empregados, seus respectivos dependentes da Vale S.A. e empresas do

grupo, denominado AMS - Assistência Médica Supletiva. Os saldos, em 31/dez./2018 e de 2017, estão assim apresentados:

ATIVO	2018	2017
Outros Créditos a Receber		
VALE S/A	3.908	3.859
MCR - Mineração Corumbaense Reunida S/A	81	76
FCA - Ferrovia Centro Atlântica S/A	236	
BIOPALMA da Amazônia S/A	21	21
SALOBO Metais S/A	217	203
CPBS - Cia. Portuária Baía de Sepetiba S/A	16	18
FNS - Ferrovia Norte Sul S/A	49	
VLI - Vale Logística de Carga Geral S.A.	1	
Vale Manganês S/A	63	50
Vale Fertilizantes S/A	2	82
VMM – VLI Multimodal S/A	62	
Outras empresas do Grupo	68	62
TOTAL	4.724	4.371

Estes valores estão refletidos no resultado da entidade, na conta de Outras Receitas Operacionais em 31/dez./2018, no montante de R\$ 91.740 e de (R\$ 87.088 em 31/dez./2017).

Ressarcimento despesas médica, hospitalar e Odontologia - Passivo Rede Contratada/Credenciada

	2018	2017
VALE S.A.	51.219	57.023
TOTAL	51.219	57.023

O valor registrado no passivo refere-se às obrigações com consultas, exames e internações efetuados pelos associados, dependentes, agregados e participantes à rede credenciada. A entidade utiliza a mesma rede credenciada da Vale, informando a mesma todos os procedimentos realizados por seus associados, dependentes, agregados e participantes.

Diante disso, após o pagamento de sua rede credenciada, a Vale efetua a cobrança da parcela referente à utilização dos associados, dependentes, agregados e participantes da entidade.

16. PAF-FUNBEM

Em 24/abr./1997, a VALE transferiu para a PASA a importância de R\$ 386, em razão da extinção do FUNBEM (Fundo para Benefícios aos Empregados da Vale). Não houve doação, e sim uma transferência da Vale em favor de uma entidade para cumprir o mesmo objetivo do FUNBEM, ou seja, a PASA passou a administrar e custear um programa de benefícios aos seus associados (empregados, aposentados e ex-empregados da Vale).

Com esses recursos, a Diretoria Executiva criou o PROGRAMA DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO - PAF/FUNBEM, com regulamento próprio, conta corrente específica e aplicações financeiras vinculadas a essa conta corrente.

17. Despesas Gerais e Administrativas	Exercícios	
	2018	2017
Pessoal Próprio	(28.921)	(30.844)
Serviços de Terceiros	(2.094)	(2.003)
Localização e Funcionamento	(6.512)	(7.489)
Depreciação e Amortização	(636)	(574)
Publicidade e Propaganda Institucional	(104)	(181)
Tributos	(27.713)	(3.587)
Outros – (Contingências e Outras Diversas)	(427)	(577)
TOTAL	(66.407)	(45.255)

Notas explicativas

18. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

	Exercícios	
	2018	2017
Outras Receitas Operacionais		
Outras (i)	91.739	87.088
SUBTOTAL	91.739	87.088
Provisão para perdas sobre créditos	(1.993)	(2.320)
Reclamações Judiciais – Contingências Operacionais	(483)	241
Central Atendimento / Autorizador	(5.257)	(5.700)
Confecção de Carteiras		
Outros	(18.054)	(12.077)
SUBTOTAL	(25.787)	(19.856)
TOTAL LÍQUIDO	65.952	67.232

(i) Convênio de reciprocidade com a Vale S.A. refere-se ao repasse de parte do custo administrativo/operacional para administração do plano de benefício médico e odontológico dos empregados e respectivos dependentes da Vale S.A. e empresas do grupo, denominado AMS - Assistência Médica Supletiva.

19. Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios	
	2018	2017
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	8.979	12.761
Juros e multa	1.813	2.200
SUBTOTAL	10.792	14.961
Despesas com impostos sobre Aplicações Financeiras	(1.416)	(3.923)
Juros e multa	(2.723)	(159)
SUBTOTAL	(4.139)	(4.082)
TOTAL	6.653	10.879

20. Benefícios a Empregados

A entidade provê a seus empregados benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida e previdência privada enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com normas específicas e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como despesas com pessoal, quando incorridos.

Assistência Médica e Odontológica

A entidade disponibiliza aos seus empregados e respectivos dependentes, o benefício saúde AMS - Assistência Médica Supletiva.

As eventuais despesas médicas e odontológicas são parcialmente custeadas pelo empregado de acordo com o especificado na Cartilha de Benefícios do Empregado PASA.

Durante o exercício de 2018, a entidade registrou na rubrica Despesas com Assistência Médica/Odontológicas, despesas médicas e odontológicas no montante de R\$ 1.543 (R\$ 2.054 em 2017).

Seguro de Vida

A entidade, visando a mitigação de riscos, possui uma apólice de seguro de vida para seus empregados junto a Bradesco Seguros.

A apólice é custeada em sua totalidade pela entidade, não havendo a participação financeira do empregado, e possui as seguintes coberturas básicas: morte natural, morte acidental, invalidez permanente por acidente e invalidez por doença.

Os valores das contribuições mensais são calculados com base nos salários dos empregados, cujo montante em 2018, registrado como despesas é de R\$ 80 (R\$ 68 em 2017).

Previdência Privada

Para os planos de suplementação de aposentadoria, previdência privada, a entidade possui convênio com o Fundo de pensão VALIA. A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale, de suas coligadas e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados.

A entidade, junto à Vale e empresas do grupo, é patrocinadora da VALIA no plano de Contribuição Definida - Valiaprev.

As contribuições ao plano Valiaprev apresentam-se como segue:

• Empregados:

- a) Contribuição ordinária participantes (empregado)** - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, cujo percentual mínimo de participação é de 1% do salário participação; e
- b) Contribuição extraordinária** - pode ser realizado em qualquer tempo, a critério do empregado.

• Patrocinadoras:

- a) Contribuição ordinária patrocinadora** – destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação;

- b) Contribuição normal** - para o custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais;

Notas explicativas

c) **Contribuição extraordinária** - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério da entidade; e

d) **Contribuição especial** - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O plano foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à entidade.

Durante o exercício de 2018, a entidade registrou como Despesas com Planos de Previdência Complementar as contribuições no montante de R\$ 766 (R\$ 617 em 2017).

21. Controle Gerencial - Segregação das Despesas com Eventos

RN ANS nº 322/2013 e alterações, Item 7.1 (e) instituiu o registro auxiliar analítico de segregação das despesas com eventos em consultas, exames, internações, terapias, outros atendimentos ambulatoriais e demais despesas assistenciais.

Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei. Total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111103.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Contratada	6.374	10.307	12.892	52.403	3.006	862	85.844
TOTAL	6.374	10.307	12.892	52.403	3.006	862	85.844

Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido - Planos Coletivos por Adesão Pós Lei. Total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111104.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Contratada	16.618	20.245	31.787	150.886	7.382	3.761	230.679
TOTAL	16.618	20.245	31.787	150.886	7.382	3.761	230.679

22. Conciliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.

A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do resultado líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Notas explicativas

	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido	5.668	6.363
Ajustes para Conciliação do Resultado Líquido com a Geração de Caixa das Atividades Operacionais:	28.995	7.035
Depreciações/Amortizações	636	574
Provisões Técnicas - PEONA	(327)	2.946
Provisão (Reversão) Contingência	26.693	1.194
Provisões para Perdas sobre Créditos	1.993	1.580
Perdas de Recebíveis		740
Reversão Provisões para Perdas sobre Créditos		
Resultado Líquido Ajustado	34.663	13.398
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(29.036)	(21.976)
Aplicações	(26.023)	8.679
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(2.642)	(4.134)
Crédito Oper. Assistência Saúde Não Relaç. Plano da Operadora	(155)	
Bens e Títulos a Receber	1.007	1.980
Despesas Antecipadas	(14)	(19)
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	3	150
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.212)	(28.631)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(3.984)	9.682
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(5.321)	9.799
Débitos de Operações de Assistência Saúde	(14)	50
Tributos e Contribuições a Recolher	(99)	(215)
Débitos Diversos	1.450	49
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.643	1.104

	2018	2017
Atividades de Investimentos	(1.643)	(1.104)
Saldo Caixa Inicial	3	3
Saldo Caixa Final	3	3
Numerário em Trânsito	2.275	2.342
TOTAL DISPONIBILIDADE	2.278	2.345

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2018

(Relatório Circunstanciado sobre o Exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/dez./2018)

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2018

(Relatório Circunstanciado sobre o Exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/dez./2018)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Conforme contrato de prestação de serviços celebrado com V.Sas., a sede dessa entidade foi visitada no período de 25/fev./2019 até 01/mar./2019, para a realização dos trabalhos profissionais de auditoria independente.

(1.2) Nossos trabalhos foram efetuados para a data-base de 31/dez./2018, mediante a aplicação de procedimentos técnicos reconhecidos para a sua atividade, objetivando a avaliação dos controles internos, compreendendo exames desenvolvidos pelo sistema de amostragem dos livros, documentos e operações, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar e outros procedimentos julgados necessários às circunstâncias. Os procedimentos aplicados não representam um estudo específico sobre os controles internos, também podem não revelar todas as deficiências de controle interno da entidade e não têm o propósito de expressar uma opinião sobre os mesmos.

(1.3) Em complementação aos trabalhos, procedemos ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez./2018, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado

abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

(1.4) Em decorrência dos exames efetuados e visando a atender as disposições contratuais e regulamentares, estamos emitindo o presente relatório e nossas observações.

(1.5) Nosso relatório destina-se ao uso exclusivo dos administradores dessa entidade e órgão regulador, não devendo ser utilizado para quaisquer outras finalidades.

2. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/DEZ./2018

(2.1) INSUFICIÊNCIA DE PLA EM RELAÇÃO À MARGEM DE SOLVÊNCIA

Identificamos que o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da entidade está insuficiente em relação à margem de solvência. Lembramos que a insuficiência é sobre os saldos patrimoniais para a data de dezembro de 2018, o percentual exigido é 70,52% A margem de solvência aumenta percentualmente a cada mês (0,61%), até chegar em 100% em 2022 (100% em Dez./2018 é R\$ 103.803.687,97), conforme Anexo VIII da RN ANS nº 209/09.

Recomendamos tomar as medidas de saneamento para a sua adequação, visando o cumprimento das normas regulamentares da ANS, evitando possíveis sanções do órgão regulador.

(2.2) PROVISÕES DE EVENTOS A LIQUIDAR AO SUS

O montante contabilizado referente à provisão de ressarcimento ao SUS está conforme ao demonstrado no extrato extraído do site da ANS.

A RN ANS nº 418/16, anexo I, Normais Gerais, item 4, define que o simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, devendo a escrituração ser fundamentada em documentação hábil. Dessa forma, se faz necessário um controle gerencial analítico destes valores, possibilitando, a qualquer momento, a identificação e composição dos montantes contabilizados.

Recomendamos envidar esforços no sentido de elaborar os controles por ABI, GRU's e parcelamentos contendo os valores históricos individualizados e as respectivas atualizações e números de parcelas quando couber.

(2.3) CONTROLES GERENCIAIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2018

(Relatório Circunstanciado sobre o Exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/dez./2018)

Procedemos à análise dos controles internos existentes na contabilidade, sobre os mesmos, temos a comentar:

PEL 25 – Registro Auxiliar de Eventos Conhecidos

- A operadora apura os custos do serviço próprio e rateia pelos beneficiários que foram atendidos em sua clínica, porém tais informações ainda não estão sendo informadas no controle auxiliar;
- A operadora ainda não realiza a inclusão dos eventos de ressarcimento ao SUS no controle auxiliar no momento do recebimento dos Ofícios de Avisos de Beneficiários Identificados - ABI.

Devido à falta das informações acima, há uma diferença de aproximadamente, 1,5 milhões, entre controle auxiliar e registros contábeis do período.

Recomendamos revisar os itens acima citados, a fim de regularizar tais situações apresentadas nos registros auxiliares, a fim de evitar quaisquer questionamentos por parte do órgão regulador.

(2.4) CONTINGÊNCIA

A entidade recebeu o Auto de Infração de ISS (Imposto sobre

Serviços) nº 101.017, datado de 18/ago./2006, no valor original de R\$ 2.094.672,02, em função do não recolhimento de ISS sobre as receitas de planos de saúde durante o período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005.

O montante atualizado do valor de ISS soma R\$ 27.319.359,29, segundo o prognóstico da assessoria jurídica é de perda possível, haja vista, no seu entendimento, a prescrição do débito.

Em 2018 a operadora provisionou somente o ISS em sua contabilidade, porém o montante provisionado não incluiu os honorários de sucumbência valor de R\$ 2.731.935,93, que também foi depositado judicialmente. Assunto este mencionado em parágrafo de ênfase do nosso relatório de opinião.

Belo Horizonte, 01 de março de 2018.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/RJ

RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Diretores, Conselheiros e Associados do
**PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO
DA VALE**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dez. de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE** em 31 de dez. de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos à atenção para o item (B) da Nota Explicativa nº 12.2 das demonstrações contábeis, que descreve a incerteza relacionada à provisão dos honorários de sucumbência referente ao processo de impugnação do auto de infração de Imposto Sobre Serviço. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2018.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 4552/0-5 S/RJ

RICARDO LUIZ MARTINS

CRC-RS Nº 036.460/0-8 T/PR S/RJ

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Relatório Circunstanciado sobre o Programa de
Promoção da Saúde e Prevenção
de Riscos e Doenças)

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Relatório Circunstanciado sobre o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças)

Ilmos. Srs.
Administradores, Diretores, Conselheiros e Associados do
PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção limitada para atestar a adequação e fidedignidade das informações referentes às despesas com os programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essas informações foram preparadas sob a responsabilidade da entidade. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguarção

limitada sobre essas informações, conforme previsto no inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Conjunta nº 7, de 23 de novembro de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Procedimentos de Asseguarção Limitada

Os procedimentos de asseguarção limitada foram realizados de acordo com a NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL - “Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção” e NBC TO 3000- “Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão”, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Os procedimentos de asseguarção limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume de informações; (b) a verificação dos valores referentes às

despesas contabilizadas com programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças; e (c) a verificação da documentação comprobatória dos gastos do programa cadastrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Crítérios de Elaboração das Informações e Limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção limitada para atestar a adequação e fidedignidade das informações referentes às despesas com os programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme valores e detalhamento das despesas a seguir:

Nº do Formulário de Cadastramento na ANS	Data de Aprovação	Denominação do Programa
121279	07/ago./2018	PASA SAÚDE - Programa de Prevenção Terciária para Pessoas com Doenças Crônicas
Detalhamento das Despesas no Exercício de 2018 - Conta 441519011:		R\$
Salários, honorários, encargos e benefícios dos profissionais que prestam serviços voltados especificamente para o programa		602.414,20
Medicamentos		-
Contratação de empresas terceirizadas para prestação de serviços específicos para o desenvolvimento do programa		8.582,06
TOTAL		610.996,26

O presente relatório decorre da aplicação dos procedimentos estabelecidos pelas normas de auditoria independente, bem como de outros procedimentos de revisão que julgamos necessários, nas circunstâncias. Essa revisão foi efetuada, substancialmente por meio de indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, bem como testes de verificação e inspeção de documentação comprobatória ou outras evidências obtidas no curso dos trabalhos. A aplicação dos procedimentos descritos não significa que seja possível identificar eventuais informações e ocorrências que tenham sido deliberadamente ocultadas pela administração da entidade. Contudo, o trabalho foi conduzido com observância às normas profissionais do auditor independente estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Dessa forma, nossas verificações não devem ser tomadas como garantia da inexistência de erros (incorreções não intencionais) ou irregularidades (erros intencionais ou fraudes). Por se tratar de uma revisão limitada de informações, os procedimentos aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno da entidade e não têm o propósito de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela

entidade e nem sobre outras informações complementares requeridas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS. Consequentemente, não estamos expressando opinião quanto à suficiência dos procedimentos descritos neste relatório em relação a quaisquer outros propósitos. A responsabilidade pela implantação e manutenção de um sistema de controles internos que atenda às necessidades da entidade e propicie a adequada apuração de suas obrigações é da administração da entidade. O presente relatório se restringe às informações e resultados dos testes seletivos, obtidos durante o curso dos trabalhos executados, cuja abrangência foi mencionada anteriormente.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita, nos registros contábeis referentes às despesas com os programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para que não estejam de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outras Responsabilidades de Informação e Usuários Previstos

O presente relatório destina-se exclusivamente ao uso e informação da administração da entidade e da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não sendo destinado a uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não tenham familiaridade com as normas relacionadas ao programa para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, cabendo observar que a avaliação histórica da eficácia dos controles internos relacionados com essa atividade não é relevante para períodos futuros, devido ao risco dos controles internos se tornarem insuficientes, em decorrência de mudanças de condições ou da eventual diminuição do grau de cumprimento das diretrizes e procedimentos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2019.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 4552/0-5 S/RS

RICARDO LUIZ MARTINS

CRC-RS Nº 036.460/0-8 T/PR S/RS

Parecer

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da PASA – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale, no uso de suas atribuições, reunindo-se nesta data para proceder à análise das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018, composta do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas Notas Explicativas, após verificação da referida documentação, bem como do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 01 de março de 2019 pelos Auditores Independentes Grunitzky - Auditores Independentes S/S, resolvem manifestar-se pela sua aprovação.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

MARCOS LEWIN
PRESIDENTE SUPLENTE

MARCO ANTONIO DE FREITAS
VICE-PRESIDENTE

ELIEL FONTES BEZERRA
CONSELHEIRO

**ATA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO
DA PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DO APOSENTADO DA VALE REALIZADA EM
20 DE MARÇO DE 2019.**

**ATA DA 105ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
DELIBERATIVO
DA PASA - PLANO DE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DO APOSENTADO DA VALE
REALIZADA EM 20 DE
MARÇO DE 2019.**

No dia 20 de março de 2019, às 11:00h, foi realizada reunião ordinária do Conselho Deliberativo da PASA – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE, associação inscrita no CNPJ sob o nº 39.419.809/0001-98, na sala de reuniões localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 3131, 10º andar, Cidade Nova, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, presentes os membros do Conselho Deliberativo Maria Helena Tauhata, Rogério da Cunha Abaurre, Luís Francisco Ferreira, João Batista Sá Marques, Aldo Lima Ferreira, Esdras Domingos de Abreu, e o Presidente do Conselho Novarck Silva de Oliveira. Participaram da reunião como convidados, o Diretor Presidente, Ricardo Gruba Pereira, o Diretor Jurídico Administrativo e Financeiro Bruno Camara Meira, o Gerente Contábil Financeiro Gilson da Silva Brazil e a Gerente Jurídico Elaine Gonçalves Vianna.

Abertura da sessão e verificação do quórum: tendo em vista a existência dos presentes e a formação de quórum, foi iniciada a reunião com a leitura e aprovação da Ata da 42ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo. Após, foi aberta à deliberação quanto ao item da pauta.

Demonstrações financeiras e relatório de atividades do Exercício de 2018: O Conselho Deliberativo, no uso de suas atribuições e, considerando o Relatório de Atividades e Demonstrações Contábeis composta do Balanço Patrimonial,

Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício fundo em 31/12/2018, apresentados pela Diretoria Executiva do PASA; o relatório favorável da Grunitzky – Auditores Independentes S/S de 01/03/2019; o parecer favorável do Conselho Fiscal, de 19/03/2019; aprovam, por unanimidade, a citada documentação relativa ao exercício de 2018. Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a reunião.

**NOVARCK SILVA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**ALDO LIMA FERREIRA
CONSELHEIRO**

**ESDRAS DOMINGOS DE ABREU
CONSELHEIRO**

**LUÍS FRANCISCO FERREIRA
CONSELHEIRO**

**MARIA HELENA TAUHATA
CONSELHEIRA**

**ROGÉRIO DA CUNHA ABAURRE
CONSELHEIRO**

**JOÃO BATISTA SÁ MARQUES
SECRETÁRIO**

**RICARDO GRUBA PEREIRA
DIRETOR PRESIDENTE**

**BRUNO CAMARA MEIRA
DIRETOR JURÍDICO
ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**GILSON DA SILVA BRAZIL
GERENTE CONTÁBIL E FINANCEIRO**

**ELAINE GONÇALVES VIANNA
GERENTE JURÍDICO**



planopasa.com.br